DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

BRASILIA, segunda-feira, 15 de outubro de 1979 — ANO IV — Nº 196

ATOS DO GOVERNADOR
DECRETOS

DECRETO No. 4.853 DE 11 DE OUTUBRO DE 1979

Aprova alterações no Estatuto Social da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 3º, inciso II, da Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, e tendo em vista o que consta do Processo nº 021.917/79,

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam aprovadas as alterações do Estatuto Social da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, decididas em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 19 de junho de 1979.

Art. 2º - Em decorrência do disposto no artigo 1º deste Decreto, os artigos 11, 13, 18, 25, 35 e 39 do Estatuto Social da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 - A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á, anualmente, até o dia 30 de abril a fim de tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício, a distribuição de gratificações a empregados e dividendos aos acionistas, bem como exercer as demais atribuições que lhe são conferidas na forma da lei e deste Estatuto."

"Art. 13 - À Assembléia Geral compete, privativamente, além de outras atribuições conferidas por este Estatuto ou por Lei:

I - reformar o Estatuto Social;

II - deliberar sobre o laudo de avaliação dos bens com que o acionista concorre para a formação do Capital Social;

III - aprovar a participação das entidades mencionadas no art.8º, no Capital da Companhia;

IV - autorizar a doação de bens imóveis pertencentes à Companhia, nos termos da lei, bem como a sua venda por preço especial;

V - deliberar sobre o cálculo do lucro líquido que servirá de base para a gratificação dos empregados, de conformidade com o que dispuser as normas específicas sobre a matéria;

VI - deliberar, sobre a destinação do saldo dos lucros apurados que ficaram à sua disposição, de conformidade com as normas específicas;

VII - conceder licenças e justificativas de faltas ao Diretor Superintendente e aos demais Diretores por período superior a 30 (trinta) dias."

"Art. 18 - Além de outras atribuições previstas neste Estatuto ou na Lei, compete, privativamente, ao Conselho de Administração:

I - orientar e controlar, através de diretrizes e normas, as atividades da TERRACAP e promover os meios necessários à realização de seus objetivos;

II - eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o Estatuto;

III - fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

IV - aprovar o seu regimento e suas alterações;

V - aprovar o Regimento da Companhia e suas alterações, inclusive normas operativas para o exercício das atividades sociais previstas no artigo 4º do presente Estatuto;

VI - aprovar e alterar as propostas anuais de orçamento-programa, de programação financeira, de orçamento plurianual, elaborados pela Diretoria;

VII - aprovar e autorizar a execução dos planos anuais e plurianuais de lotação, os sistemas e planos de classificação e retribuição de empregos e funções, as Tabelas de Pessoal e respectivas alterações, bem como as normas para preenchimento de empregos e alteração contratual de trabalho, os planos de aumento por mérito e de progressão e ascensão funcionais e, ainda, os planos de benefícios destinados aos servidores da Empresa;

VIII - apreciar contas, relatórios e balanços da Companhia;

IX - expedir normas sobre licitação, bem como para sua dispensa;

X - aprovar a participação da TERRACAP nas iniciativas de que trata o artigo 5º deste Estatuto;

XI - recomendar ou determinar a realização de auditorias;

XII - requisitar à Diretoria documentos e informações necessárias ao exercício de sua competência;

XIII - decidir, por proposta da Diretoria, quanto à abertura de agências ou escritórios;

XIV - decidir sobre os recursos interpostos contra atos da Diretoria;

XV - autorizar a Companhia a contrair empréstimos ou aceitar doações, inclusive com encargos;

XVI - conceder licenças, justificativas de faltas ao Diretor-Superintendente e aos demais Diretores até 30 (trinta) dias e designar-lhes substitutos nas hipóteses dos artigos 31, II e 32, deste Estatuto;

XVII - resolver os casos omissos neste Estatuto e as questões que forem apresentadas pela Diretoria;"

"Art. 25 - À Diretoria, coletivamente, compete, além de outras atribuições permitidas neste Estatuto:

I - executar as resoluções da Assembléia Geral e do Conselho de Administração, regulamentando-as, quando for o caso, mediante a expedição de normas ou instruções gerais ou específicas:

MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial" será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 6° andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas, sem interrupção.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

— As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.

— Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.

— As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de janeiro de cada ano.

— Os suplementos às edições só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.

— Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

GDF
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal Editado pela Divisão de Divulgação da SEA.

EXPEDIENTE

DIRETOR
ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti - 6° andar

Composição e impressão nas oficinas do "Jornal de Brasília"

TELEFONES:

REDAÇÃO: Direto: . 225-7803
PABX - 225-6830 - Ramal 312

OFICINAS - Direto . 226-4357
PABX - 225-2515 Ramal 27

ASSINATURAS
REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Anual ..... Cr$500,00
Semestral ..... Cr$250,00

FUNCIONÁRIOS

Anual ..... Cr$380,00
Semestral ..... Cr$190,00

OBSERVAÇÃO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido da taxa respectiva

MATÉRIA PAGA

Por centímetro de coluna.

Orgãos Governamentais (GDF) ..... Cr$8,00
Particulares ..... Cr$12,50

NÚMERO AVULSO

O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.

O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

II - submeter ao Conselho de Administração, as diretrizes gerais da administração da Companhia;

III - encaminhar, ao Conselho de Administração, os atos ou projetos de normas que dependam da autorização daquele Conselho;

IV - fornecer ao Conselho de Administração as informações necessárias ao acompanhamento das atividades da Companhia;

V - enviar ao Conselho de Administração, dentro de 60 (sessenta) dias a contar do encerramento do exercício, as contas, relatórios e balanços para os fins determinados no item VI do art.18.

VI - definir as competências das unidades organizacionais e as atribuições das chefias;

VII - autorizar, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, contratos de obras ou os que envolvam obrigações para a Companhia;

VIII - autorizar aquisições de equipamento e material na forma regulamentar;

IX - elaborar e submeter ao Conselho de Política de Pessoal, da Secretaria de Administração, os planos anuais e plurianuais de lotação, os sistemas e planos de classificação e retribuição de empregos e funções, as Tabelas de Pessoal e respectivas alterações, bem como as normas para preenchimento de empregos e alteração contratual de trabalho, os planos de aumento por mérito e de progressão e ascensão funcionais e, ainda, os planos de benefícios destinados aos Servidores da Empresa;

X - elaborar e encaminhar ao Conselho de Administração as propostas anuais de orçamento-programa, de programação financeira e de orçamento plurianual;

XI - submeter ao Conselho de Administração o Regimento da Companhia, bem como as normas operativas necessárias ao exercício das atividades sociais;

XII - indicar representantes da Companhia nos órgãos de administração e fiscalização de entidades de que participe;

XIII - conceder ao Diretor-Superintendente e demais Diretores, justificativas de faltas e licenças até 15 (quinze) dias;

XIV - expedir, com antecedência legal, notificação direta aos órgãos competentes da União sobre os assuntos de competência privativa dos acionistas, instruindo-a com os elementos necessários."

"Art. 35 - A substituição de membros do Conselho Fiscal, no caso de vacância ou impedimento, será realizada mediante convocação do respectivo Suplente, ou mediante nova eleição."

"Art. 39 - Os lucros apurados ao final de cada exercício serão distribuídos da seguinte maneira:

I - 5% (cinco por cento) para o fundo de reserva legal até alcançar 20% (vinte por cento) do Capital;

II - 50% (cinquenta por cento) no mínimo, destinado a dividendos e/ou ao fundo de aumento do Capital;

III - Até 15% (quinze por cento) da soma dos dividendos mais a quantia levada para o fundo de aumento do Capital destinados à gratificação dos empregados, calculada na forma prevista nos parágrafos 1º e 2º deste artigo;

IV - o remanescente, após as deduções enumeradas nos Incisos I / III, será na forma da Lei, o lucro líquido do exercício, e terá a seguinte destinação:

a) 5% (cinco por cento) para o fundo de reserva legal, até alcançar 20% (vinte por cento) do Capital;

b) 50% (cinquenta por cento) no mínimo, destinados a dividendos e/ou ao fundo de aumento do Capital;

c) o Saldo ficará à disposição da Assembléia Geral.

§ 1º - As gratificações previstas no Inciso III somente serão devidas quando forem distribuídos dividendos de, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido.

§ 2º - A gratificação prevista no Inciso III deste artigo não poderá ultrapassar, individualmente, a 2/12 (dois doze avos) do total da remuneração percebida no período base, excluídos desse total o 13º (décimo-terceiro) salário, horas-extras, ajuda de custo e diárias.

§ 3º - As parcelas do cálculo que servirão de base à apuração da gratificação prevista no Inciso III deste artigo serão objeto de regulamentação normativa, baixada pela Assembléia Geral dos Acionistas."

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, em 11 de outubro de 1979.
91º da República e 20º de Brasília.

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

José Carlos Mello

DECRETO No. 4.854 DE 11 DE OUTUBRO DE 1979

Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Mestres do Centro de Ensino de 1º Grau 08", com sede em Taguatinga - Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 014.071/79,

D E C R E T A :

Art. 1º - É declarada de utilidade pública a "Associação de Pais e Mestres do Centro de Ensino de 1º Grau 08", com sede à QNA 52, lote 26, Taguatinga-Distrito Federal, nos termos do Decreto nº 2.243, de 24 de abril de 1973.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, em 11 de outubro de 1979.
91º da República e 20º de Brasília.

AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

Eurides Brito da Silva

DECRETO N.o 4.855 DE 15 DE OUTUBRO DE 1979

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º, Item I, da Lei nº 6.599, de 1º de dezembro de 1.978, combinado com o Art. 41, Item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Educação e Cultura o crédito suplementar no valor de Cr$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) na seguinte dotação orçamentária:

08421802.803 - Manutenção do Ensino de Primeiro Grau
3.2.1.1. - 01 - Pessoal e Encargos Sociais 20.000.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do Art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 4º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de outubro de 1.979.
91º da República e 20º de Brasília.

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO N.o 4.856 DE 15 DE OUTUBRO DE 1979

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 3.843.000,00 (três milhões oitocentos e quarenta e três mil cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º, Item I, da Lei nº 6.599, de 1º de dezembro de 1.978, combinado com o Art. 41, Item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e tendo em vista o que consta no Processo nº 021.613/79.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto á Secretaria de Viação e Obras o crédito suplementar no valor de Cr$ 3.843.000,00 (três milhões oitocentos e quarenta e três mil cruzeiros) na seguinte dotação orçamentária:

10070212.810 - Manutenção das Atividades da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOCACAP .....
4.3.1.1 - 01 - Auxílios para Investimentos 3.843.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do Art. 43, § 1º, item III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, pela anulaçao parcial da dotação orçamentária que se segue:

3900.99999999.999 - Reserva de Contingência .....
5.0.0.0. - Reserva de Contingência 3.843.000,00

Art. 3º - Ficam alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao 4º trimestre, na forma dos artigos anteriores.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de outubro de 1.979.
91º da República e 20º de Brasília.

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO N.o 4.857 DE 15 DE OUTUBRO DE 1979

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros),à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º, Item I, da Lei nº 6.599, de 1º de dezembro de 1.978, combinado com o Art. 41, Item I, das Normas Gerais de Direito Finan

ceiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta no Processo nº 021.547/79.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto a Secretaria de Viação e Obras o crédito suplementar no valor de Cr$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) na seguinte dotação orçamentária:

03070252.087 - Conservação de Prédios e Próprios do Poder Público.....
4.1.1.0 Obras e Instalações..... 3.000.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do Art. 43, § 1º, Item II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de outubro de 1.979.
91º da República e 20º de Brasília.

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO N.o 4.858 DE 15 DE OUTUBRO DE 19 79

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 1.850.000,00 (hum milhão e oitocentos e cinquenta mil cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º, item I, da Lei nº 6.599, de 1º de dezembro de 1.978, combinado com o Art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e tendo em vista o que consta no Processo nº 022.442/79.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Finanças, o crédito suplementar no valor de Cr$ 1.850.000,00 (hum milhão e oitocentos e cinquenta mil cruzeiros) na seguinte dotação orçamentária:

03080302.086 - Cadastro e Controle da Arrecadação
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos..... 1.850.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do Art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 4º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de outubro de 1.979
91º da República e 20º de Brasília.

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO N.o 4.859 DE 15 DE OUTUBRO DE 19 79

Dispõe sobre a criação e estruturação do Grupo-Magistério e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 2º, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com os artigos 4º e 7º da Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973,

D E C R E T A :

DO GRUPO MAGISTÉRIO

Art. 1º - É criado o Grupo-Magistério, no Plano de Classificação de Cargos do Serviço Civil do Distrito Federal e de suas Autarquias, instituído pela Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973.

Art. 2º - O Grupo-Magistério, designado pelo Código M-1000, abrange a Categoria Funcional de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, a que são inerentes as atividades de preparação e ministração de aulas em disciplinas, áreas de estudo ou atividades, avaliação e acompanhamento de atividades discentes, no ensino de 1º e 2º Graus, na educação especial e no ensino pré-escolar.

Art. 3º - As classes integrantes da Categoria Funcional de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus distribuir-se-ão, na forma do Anexo, em três níveis hierárquicos, com as seguintes características:

Nível 3

- Atividades docentes no ensino de 1º e 2º Graus, exercidas por portadores de habilitação específica obtida em curso superior de licenciatura plena.

Nível 2

- Atividades docentes no ensino de 1º Grau, exercidas por portadores de habilitação específica obtida em curso superior de licenciatura de 1º Grau.

Nível 1

- Atividades docentes no ensino de 1º Grau, exercidas por portadores de habilitação específica obtida em curso de 2º Grau ou equivalente.

Parágrafo único - Poderão ser aceitos os seguintes títulos, para efeito de enquadramento no nível 3:

I - Registros "D", "S", ou equivalente do 1º ciclo, pa

ra lecionar nas 4 (quatro) últimas séries do ensino de 1º Grau.

II - Diplomas de outros cursos de nível superior, com complementação pedagógica, ou Registro "D", "S" ou equivalente, de 2º ciclo, para lecionar nas 4 (quatro) últimas séries do ensino de 1º Grau e no ensino de 2º Grau.

DA COMPOSIÇÃO DA CATEGORIA FUNCIONAL

Art. 4º - A categoria funcional de Professor de ensino de 1º e 2º Graus deverá complementar as necessidades de recursos humanos da Secretaria de Educação e Cultura e da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Art. 5º - Poderão integrar a Categoria Funcional de que trata este Decreto, mediante transposição, os atuais cargos ocupados de Professor de Ensino Médio e de Professor de Ensino Elementar, dos Quadros Provisório e Permanente de Pessoal do Distrito Federal.

Art. 6º - A inclusão nas classes far-se-á tendo em vista a natureza e o grau da atividade docente desempenhada pelo servidor em face das características estabelecidas para os níveis 3, 2, e 1, constantes do artigo 3º.

Art. 7º - A inclusão de servidores a que se refere o artigo anterior somente será processada após a observância da alocação de recursos para fazerem face às despesas decorrentes da medida e abrangerá a todos os que se inscreverem no processo seletivo, observadas as habilitações específicas de cada um.

DOS CRITÉRIOS SELETIVOS

Art. 8º - Os critérios seletivos para inclusão na categoria funcional de que trata este Decreto, objetivando comprovar a capacidade do servidor com vistas ao desempenho das atividades que lhe são inerentes, serão basicamente os seguintes:

I - Ser ocupante do cargo de Professor de Ensino Médio ou de Professor de Ensino Elementar;

II - Possuir as habilitações específicas de que trata o artigo 3º e seu parágrafo.

Parágrafo único - Poderão também ser incluídos os ocupantes de cargo de Professor de Ensino Médio e de Professor de Ensino Elementar, observada a habilitação dos respectivos titulares, que estejam no exercício de cargos, funções ou empregos em comissão nos diversos órgãos e entidades que integram o Complexo Administrativo do Distrito Federal, ou afastados de regência de classe para o desempenho de atividades não docentes na Secretaria de Educação e Cultura e na Fundação Educacional do Distrito Federal.

DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 9º - A progressão funcional da categoria de que trata este Decreto obedecerá ao critério de merecimento e demais requisitos estabelecidos em lei e regulamentação específicas, em especial no referente às habilitações para o magistério.

Art. 10 - O interstício para a progressão funcional é de 3 (três) anos e será apurado pelo tempo de efetivo exercício do servidor na classe a que pertence.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 11 - Não haverá ingresso nem ascensão funcional à Categoria Funcional de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, devendo os cargos que integram esta Categoria Funcional serem suprimidos, do menor para o maior vencimento, à medida que vagarem.

Art. 12 - Os cargos de Professor de Ensino Médio e Professor de Ensino Elementar, que não forem transpostos para a Categoria Funcional de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, integrarão o Quadro Suplementar de que trata o art. 14, parágrafo único, da Lei nº 5.920, de 1973.

Art. 13 - Os ocupantes de cargos da Categoria Funcional de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus ficam sujeitos a um dos seguintes regimes de trabalho:

I - 20 (vinte) horas semanais de trabalho em um turno completo, a que corresponde o vencimento estabelecido para a classe;

II - 40 (quarenta) horas semanais, em dois turnos diários, sendo 36 (trinta e seis) horas de atividade docente e 4 (quatro) de coordenação, a que corresponde o dobro de vencimento estabelecido para a classe.

§ 1º - O regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais será concedido como incentivo funcional, assegurado o direito de opção pelo regime de 20 (vinte) horas semanais.

§ 2º - Para efeito deste artigo, o regime de trabalho do professor abrange as atividades de preparação, ministração e avaliação de aulas, trabalho de exames, reuniões de caráter pedagógico e acompanhamento das atividades discentes, na forma da legislação vigente.

Art. 14 - A Secretaria de Administração, em comum acordo com a Secretaria de Educação e Cultura, adotará no prazo de 30 (trinta) dias as providências que se fizerem necessárias para o pleno cumprimento deste decreto.

Art. 15 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de outubro de 1979
91º da República e 20º de Brasília

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

ARMANDO RENAN D'ÁVILA DUARTE

JOSÉ ANTÔNIO ROCHA DA CUNHA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

EURIDES BRITO DA SILVA

A N E X O

(Art. 3º do Decreto Nº 4.859 de 15 de outubro de 1979)

Grupo: Magistério

Código M-1000

Nível	Categoria Funcional	
	Denominação	Código
	Professor de Ensino de 1º e 2º Graus	M-1001
3	Professor de Ensino de 1º e 2º Graus "C"	M-1001.3
2	Professor de Ensino de 1º e 2º Graus	M-1001.2
1	Professor de Ensino de 1º e 2º Graus	M-1001.1

Secretaria de Administração

Decreto de 04 de outubro de 19 79

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 430.429/78,

R E S O L V E :

Retificar o Decreto de 17 de agosto de 1978, publicado no "Diário Oficial do Distrito Federal" nº 160, de 22 do mesmo mês e ano, que concedeu aposentadoria a JOSÉ ALMEIDA MARTINS DE JESUS, Professor de Ensino Médio, Código MG1.02.19, matrícula nº 7.007, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal, para considerar essa aposentadoria nos termos da Lei Complementar nº 30, de 27 de junho de 1977, e artigo 29, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Brasília, 04 de outubro de 1979

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

Secretaria de Educação e Cultura

DECRETO DE 08 DE Outubro DE 1979.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1 960.

R E S O L V E :

DESIGNAR MARTA MARIA CORRÊA, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-05, de Oficial de Gabinete do Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal.

Brasília, 08 de Outubro de 1 979.

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

EURIDES BRITO DA SILVA

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

Secretaria de Saúde

Decreto de 10 de Outubro de 19 79.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E :

DISPENSAR, a pedido, TEREZINHA MARIA INHÃN, Inspetor de Saúde, Código LT-NS-727.4, Classe "A", matrícula nº 19.398, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-02, de Chefe da Inspetoria de Saúde de Sobradinho, da Divisão de Fiscalização de Saúde, do Departamento de Fiscalização de Saúde, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Brasília, 10 de Outubro de 1979.

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

JOFRAN FREJAT

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

Decreto de 10 de Outubro de 19 79

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E :

DISPENSAR, a pedido, MARIA LYGIA SUCENA SAMUEL OLIVEIRA, matrícula nº 18.939, da Função em Comissão, Símbolo FC-02, de Assessor Auxiliar, do Gabinete do Secretário de Saúde do Distrito Federal, a partir de 05 de outubro de 1979.

Brasília, 10 de outubro de 1979

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

JOFRAN FREJAT

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

Decreto de 10 de Outubro de 1979.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E :

DISPENSAR MARÍLIA LEÃO MARQUES CHAVES, matrícula nº 18.341, da Função de Confiança de Diretor, Código LT-DAS 101.1, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Brasília, 10 de outubro de 1979.

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

JOFRAN FREJAT

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

Decreto de 10 de Outubro de 1979.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E :

DESIGNAR JOSÉ GERARDO DA SILVA, matrícula nº 8.546, Inspetor Sanitário, Código NM-802.2, Classe "A", Referência 16, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-02, de Chefe da Inspetoria de Saúde de Sobradinho, da Divisão de Fiscalização de Saúde, do Departamento de Fiscalização de Saúde, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Brasília, 10 de Outubro de 1979.

AIMÉ ALCIBIÁDES SILVEIRA LAMAISON

JOFRAN FREJAT

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

Secretaria de Serviços Sociais

Decreto de 10 de outubro de 19 79

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E :

DISPENSAR BERNADETE PASSOS ANDRAUS, matrícula nº 19.118, da Função de Confiança de Gerente de Projetos, Código LT-DAS-101.1, da Gerência de Habitação, da Secretaria de Serviços Sociais do Distrito Federal.

Brasília, 10 de outubro de 1979

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

DAVID LUIZ BOIANOVSKY

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

DESPACHO

PROCESSO Nº : 430.429/78
INTERESSADO : JOSÉ ALMEIDA MARTINS DE JESUS - Mat. 7.007
ASSUNTO : RETIFICAÇÃO DE DECRETO DE APOSENTADORIA

Senhor Governador:

Trata-se de pedido de revisão de aposentadoria formulado pelo interessado.

O processo está devidamente instruído, razão pela qual submeto a Vossa Excelência, minuta do ato que retifica o Decreto que aposentou o servidor acima mencionado.

Brasília, de de 1979

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário de Administração do
Distrito Federal

De acordo. Lavre-se o ato.
Brasília, de de 1979

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
Governador

mmc.

GABINETE CIVIL
ÓRGÃOS VINCULADOS
DEPARTAMENTO DE TURISMO
ATOS DO DIRETOR

DF/SDCA/006 5000 BLS. - 100x1 - 01/79

PROCESSO Nº : 0783/79-DETUR
INTERESSADO : Divisão de Administração
ASSUNTO : Aquisição de Material
DESPACHO : Nos termos do inciso X, artigo 17, capítulo II, título II, combinado com o inciso II, artigo 64, capítulo IV, título III do Decreto nº 4.507 de 26 de dezembro de 1978, dispenso a licitação para a aquisição do material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da firma "XEROX DO BRASIL S/A", no valor to -

tal de Cr$ 5.054,52 (cinco mil e cinquenta e quatro cruzeiros e cinquenta e dois centavos).

Em 31.08.79

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA
Diretor

PROCESSO Nº : 0764/79-DETUR
INTERESSADO : Divisão de Operações
ASSUNTO : Aquisição de Material
DESPACHO : Nos termos do inciso X, artigo 17, capítulo II, título II, combinado com o inciso II, artigo 64, capítulo IV, título III, do Decreto nº 4.507 de 26 de dezembro de 1978, dispenso a licitação para a aquisição do material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da firma "SEBBA S/A", no valor total de Cr$ 7.954,00 (sete mil, novecentos e cinquenta e quatro cruzeiros).

Em 04.09.79

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA
Diretor

PROCESSO Nº : 0770/79-DETUR
INTERESSADO : Divisão de Administração
ASSUNTO : Execução de Serviços
DESPACHO : Nos termos do inciso X, artigo 17, capítulo II, título II, combinado com o inciso II, artigo 64, capítulo IV, título III, do Decreto nº 4.507 de 26 de dezembro de 1978, dispenso a licitação para a execução de serviço relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da firma "PLANTEL S/A", no valor total de Cr$ 2.998,00 (dois mil, novecentos e noventa e oito cruzeiros).

Em 04.09.79

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA
Diretor

PROCESSO Nº : 0765/79-DETUR
INTERESSADO : Divisão de Operações
ASSUNTO : Aquisição de Material
DESPACHO : Nos termos do inciso X, artigo 17, capítulo II, título II, combinado com o inciso II, artigo 64, capítulo IV, título III, do Decreto nº 4.507 de 26 de dezembro de 1978, dispenso a licitação para a aquisição do material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da firma "PAPELARIA ASA SUL COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA", no valor total de Cr$ 5.607,00 (cinco mil, seiscentos e sete cruzeiros).

Em 06.09.79

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA
Diretor

PROCESSO Nº : 0777/79-DETUR
INTERESSADO : Divisão de Administração
ASSUNTO : Aquisição de Material
DESPACHO : Nos termos do inciso X, artigo 17, capítulo II, título II, combinado com o inciso II, artigo 64, capítulo IV, título III, do Decreto nº 4.507 de 26 de dezembro de 1978, dispenso a licitação para a aquisição do material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da firma "COPA LIMPA PRODUTOS DE LIMPEZA E UTILIDADES LTDA", no valor total de Cr$ 6.899,50(seis mil, oitocentos e noventa e nove cruzeiros e cinquenta centavos .

Em 10.09.79

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA
Diretor

PROCESSO Nº : 0784/79-DETUR
INTERESSADO : Divisão de Administração
ASSUNTO : Prestação de Serviço
DESPACHO : Nos termos do inciso X, artigo 17, capítulo II, título II, combinado com o inciso II, artigo 64, capítulo IV, título III, do Decreto nº 4.507 de 26 de dezembro de 1978, dispenso a licitação para a prestação de serviço relacionada à folha 01, bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da firma "TÉCNICA BRASÍLIA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA", no valor total de Cr$ 6.875,00 (seis mil, oitocentos e setenta e cinco cruzeiros).

Em 10.09.79

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA
Diretor

PROCESSO Nº : 0787/79-DETUR
INTERESSADO : Divisão de Administração
ASSUNTO : Aquisição de Material
DESPACHO : Nos termos do inciso VII, artigl 17, capítulo II, título II, combinado com o inciso II, artigo 64, capítulo IV, título III, do Decreto nº 4.507 de 26 de dezembro de 1978, dispenso a licitação para a aquisição do Material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da firma "IBM DO BRASIL INDÚSTRIA, MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA", no valor total de Cr$ 8.672,00 (oito mil , seiscentos e setenta e dois cruzeiros).

Em 13.09.79

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA
Diretor

PROCESSO Nº : 0800/79-DETUR
INTERESSADO : Divisão de Administração
ASSUNTO : Aquisição de Material
DESPACHO : Nos termos do inciso X, artigo 17, capítulo II, título II combinado com o inciso II, artigo 64, capítulo IV, título III, do Decreto nº 4.507 de 26 de dezembro de 1978, dispenso a licitação para a aquisição do material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da firma "SÓBRINDES LTDA", no valor de Cr$ 3.240,00 (trez mil, duzentos e quarenta cruzeiros).

Em 13.09.79

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA
Diretor

PROCESSO Nº : 0831/79-DETUR
INTERESSADO : Divisão de Administração
ASSUNTO : Aquisição de Material
DESPACHO : Nos termos do inciso X, artigo 17, capítulo II, título II, combinado com o inciso II, artigo 64, capítulo IV, título III, do Decreto nº 4.507 de 26 de dezembro de 1978, dispenso a licitação para a aquisição do material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da firma "ORGANIZAÇÕES HOLLYWOOD-EDITORA,INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA", no valor de Cr$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Em 17.09.79

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA
Diretor

PROCESSO Nº : 0832/79-DETUR
INTERESSADO : Divisão de Administração
ASSUNTO : Emissão de Nota de Empenho
DESPACHO : Nos termos do inciso X, artigo 17, capítulo II, título II, combinado com o inciso II, artigo 64, capítulo IV, título III, do Decreto nº 4.507 de 26 de dezembro de 1978, dispenso a licitação e autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor de "INTERBRÁS LTDA", no valor de Cr$ 5.850,00 (cinco mil e oitocentos e cinquenta cruzeiros).

Em 17.09.79

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA
Diretor

PROCESSO Nº : 0834/79-DETUR
INTERESSADO : Divisão de Administração
ASSUNTO : Emissão de Nota de Empenho
DESPACHO : Nos termos do inciso VII, artigo 17, capítulo II, título II, combinado com o inciso II, artigo 64, capítulo IV; título III do Decreto nº 4.507 de 26 de dezembro de 1978, dispenso a licitação e autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da "AMERICAN SOCIETY OF TRAVEL AGENTS-ASTA", no valor de Cr$27.700,75 (vinte e sete mil, setecentos cruzeiros e setenta e cinco centavos).

Em 18.09.79

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA
Diretor

PROCESSO Nº : 0853/79-DETUR
INTERESSADO : Divisão de Administração
ASSUNTO : Emissão de Nota de Empenho
DESPACHO : Nos termos do inciso X, artigo 17, capítulo II, título II, combinado com o inciso II, artigo 64, capítulo IV, título III do Decreto nº 4.507 de 26 de dezembro de 1978, dispenso a licitação e autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da "ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGENCIAS DE VIAGENS-ABAV", no valor de Cr$. 4.500,00 (quatro mil e quinhentos cruzeiros).

Em 19.09.79

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA
Diretor

PROCESSO Nº : 0804/79-DETUR
INTERESSADO : Divisão de Turismo
ASSUNTO : Aquisição de Material
DESPACHO : Nos termos do inciso X, artigo 17, capítulo II, título II, combinado com o inciso II, artigo 64, capítulo IV, título III, do Decreto nº 4.507 de 26 de dezembro de 1978, dispenso a licitação para a aquisição do material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da firma "JUNIOR CINE FOTO LTDA" no valor total de Cr$ 1.044,00 (um mil e quarenta e quatro cruzeiros)

Em 20.09.79

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA
Diretor

PROCESSO Nº : 0861/79-DETUR
INTERESSADO : Divisão de Administração
ASSUNTO : Emissão de Nota de Empenho
DESPACHO : Nos termos do inciso VII, artigo 17, capítulo II, título II, combinado com o inciso II, artigo 64, capítulo IV, título III, do Decreto nº 4.507 de 26 de dezembro de 1978, dispenso a licitação e autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da firma"ZOOM BAHIA EMPREENDIMENTOS LTDA", no valor de Cr$72.000,00 (setenta e dois mil cruzeiros).

Em 20.09.79

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA
DIRETOR

Haroldo de Castro Oliveira
Diretor

GOF DETUR

PROCESSO Nº : 0858/79-DETUR
INTERESSADO : Seção de Divulgação
ASSUNTO : Aquisição de material
DESPACHO : Nos termos do inciso VII, artigo 17, capítulo II, título II, combinado com o inciso II, artigo 64, capítulo IV, título III do Decreto nº 4.507 de 26 de dezembro de 1978, dispenso a licitação para a aquisição do material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da firma"SOUVENIR BRASÍLIA LTDA", no valor de Cr$ 117.800,00 (cento e dezessete mil e oitocentos cruzeiros).

Em 20.09.79

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA
Diretor

PROCESSO Nº : 0850/79-DETUR
INTERESSADO : Divisão de Administração
ASSUNTO : Aquisição de Material
DESPACHO : Nos termos do inciso X, artigo 17, capítulo II, título II combinado com o inciso II, artigo 64, capítulo IV, título III, do Decreto nº 4.507 de 26 de dezembro de 1978,dispenso a licitação para a aquisição do material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da firma "ELETROMINAS MATERIAL ELÉTRICO LTDA no valor total de Cr$ 4.140,00 (quatro mil, cento e quarenta cruzeiros)

Em 21.09.79

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA
Diretor

PROCESSO Nº : 0851/79-DETUR
INTERESSADO : Divisão de Administração
ASSUNTO : Aquisição de Material
DESPACHO : Nos termos do inciso X, artigo 17, capítulo II, título II combinado com o inciso II, artigo 64, capítulo IV, título III, do Decreto nº 4.507 de 26 de dezembro de 1978, dispenso a licitação para a aquisição do material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da firma "CASA DO BARATA FERRAGENS LTDA, no valor total de Cr$ 600,00 (seiscentos cruzeiros).

Em 21.09.79

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA
Diretor

PROCESSO Nº : 0849/79-DETUR
INTERESSADO : Divisão de Administração
ASSUNTO : Aquisição de Material
DESPACHO : Nos termos do inciso X, artigo 17, capítulo II, título II combinado com o inciso II, artigo 64, capítulo IV, título III, do Decreto nº 4.507 de 26 de dezembro de 1978, dispenso a licitação para a aquisição do material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da firma "A FESTIVA CONFEITOS E ORNAMENTAÇÕES LTDA", no valor total de Cr$ 1.200,00 (um mil e duzentos cruzeiros)

Em 21.09.79

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA
Diretor

PROCESSO Nº : 0843/79-DETUR
INTERESSADO : Seção de Material
ASSUNTO : Prestação de Serviço
DESPACHO : Nos termos do inciso X, artigo 17, capítulo II, título II combinado com o inciso II, artigo 64, capítulo IV, título III, do Decreto nº 4.507 de 26 de dezembro de 1978, dispenso a licitação para a prestação de serviços relacionada à folha 01, bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da firma"ELETÔNICA MOTA LTDA", no valor total de Cr$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta cruzeiros).

Em 24.09.79

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA
Diretor

PROCESSO Nº : 0789/79-DETUR
INTERESSADO : Seção de Material
ASSUNTO : Aquisição de Material
DESPACHO : Nos termos do inciso X, artigo 17, capítulo II, título II combinado com o inciso II, artigo 64, capítulo IV, título III, do Decreto nº 4.507 de 26 de dezembro de 1978, dispenso a licitação para a aquisição do material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da firma "ALFA BETO COMÉRCIO INDÚSTRIA LTDA no valor total de Cr$ 880,00 (oitocentos e oitenta cruzeiros)

Em 24.09.79

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA
Diretor

PROCESSO Nº : 0868/79-DETUR
INTERESSADO : Seção de Material
ASSUNTO : Aquisição de Material
DESPACHO : Nos termos do inciso X, artigo 17, capítulo II, título II, combinado com o inciso II, artigo 64, capítulo IV, título III,do Decreto nº 4.507 de 26 de dezembro de 1978, dispenso a licitação para a aquisição do material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho em favor da firma "ELÉTRICA BRASÍLIA - LTDA", no valor total de Cr$ 2.476,20 (dois mil quatrocentos e setenta e seis cruzeiros e vinte centavos).

Em 25.09.79

HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA
Diretor

SECRETARIA DO GOVERNO

ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 08 DE OUTUBRO DE 1979

O ADMINISTRADOR DO SETOR RESIDENCIAL INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO, no uso da delegação de competência estabelecida no inciso III do artigo 1º do Decreto nº 2755, de 25 de outubro de 1974,

R E S O L V E :

DESIGNAR nos termos da alínea "A", do artigo 21, do Decreto nº 2951, de 22 de julho de 1975, OSVALDO VIEIRA GONÇALVES, Auxiliar de Artífice, ART-506.1, matricula nº 10.978, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir no período de 15.10.79 a 13.11.79, o Chefe da Seção de Administração de Sedes, Símbolo FC-10, da Divisão de Administração Geral, desta Administração, da Secretaria do Governo do Distrito Federal, por motivo de férias do titular.

Brasília-DF, 08 de outubro de 1979

Prof. FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO BRANDES
Administrador do SRIA

ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NUCLEO BANDEIRANTE

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 14 DE 04 DE OUTUBRO DE 1979

O ADMINISTRADOR DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Artigo 7º do Capítulo II, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal, aprovadas pelo Decreto nº 4.515, de 28 de dezembro de 1978,

R E S O L V E :

1º - Ficam destacados, na forma dos quadros I, II e III em anexos, às Divisões de Cadastro Financeiro, Programação e Contrôle e Contrôle de Imóveis da Secretaria de Administração, os valores correspondentes aos elementos de despesas a serem empenhadas no quarto trimestre por esses órgãos.

2º - Fica à Seção Financeira desta Administração, autorizada a movimentar os valores correspondentes aos elementos de despesas constantes do quadro IV em anexo.

3º - Esta ORDEM DE SERVIÇO entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Núcleo Bandeirante, 04 de outubro de 1979

VIVALDO MARTINS ALVES FILHO
Administrador

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO Nº 14 DE 04 DE OUTUBRO DE 1979

4º TRIMESTRE - QUADRO I

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE ÓRGÃO MOVIMENTADOR DE CRÉDITO : DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO/CSP/SEA		
ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTOS/SUBELEMENTOS	VALOR	TOTAL
RA 2.012 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE		
- Pessoal e Encargos Sociais.....	784.999,00	784.999,00

4º TRIMESTRE - QUADRO II

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE ÓRGÃO MOVIMENTADOR DE CRÉDITO : DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE/CSM/SEA		
ATIVIDADES E/OU PROJETOS - ELEMENTOS/SUBELEMENTOS	VALOR	TOTAL
RA 2.012 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE		
3.1.2.0 - Material de Consumo.....	18.231,00	
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....	520,00	18.751,00
RA 2.064 - PATRULHA MOTOMECANIZADA DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE		
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....	21,00	21,00

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO Nº 14 DE 04 DE OUTUBRO DE 1979

4º TRIMESTRE - QUADRO III

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE ÓRGÃO MOVIMENTADOR DE CRÉDITO : DIVISÃO DE CONTROLE DE IMÓVEIS/CAP/SEA		
ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTO/SUBELEMENT	V A L O R	T O T A L
RA 2.012 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE		
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos		
42 - Água e Esgoto.....	8.483,00	
44 - Energia Elétrica.....	60.000,00	68.483,00

4º TRIMESTRE - QUARRO IV

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE ÓRGÃO MOVIMENTADOR DE CRÉDITO : SEÇÃO FINANCEIRA - DAG - ACSNB		
ATIVIDADES E/OU PROJETOS - ELEMENTOS/SUBELEMENTOS	V A L O R	T O T A L
RA 2.012 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE		
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....	163.324,00	163.324,00
RA 2.013 - CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE		
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....	100.000,00	100.000,00
RA 2.064 - PATRULHA MOTOMECANIZADA DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE		
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....	34.756,00	34.756,00
RA 2.065 - CONSERVAÇÃO DE EDIFÍCIOS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE		
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....	120.722,00	120.722,00
RA 2.066 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE		
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....	81.600,00	81.600,00
RA 1.006 - IMPLANTAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS NO NÚCLEO BANDEIRANTE		
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....	44.498,00	44.498,00
RA 1.011 - URBANIZAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE		
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....	400.000,00	400.000,00
RA 1.012 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE		
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....	78.000,00	78.000,00

Núcleo Bandeirante, 04 de outubro de 1979

NIVARDO BARROS DE MACEDO
Chefe Substituto da Seção Financeira

SEBASTIÃO RODRIGUES DE SOUZA
Diretor Substituto da DAG.

VIVALDO MARTINS ALVES FILHO
Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 08 DE OUTUBRO DE 1979

O ADMINISTRADOR da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 21, Item IV do Regimento desta Administração, aprovado pelo Decreto nº 2.287 de 12 de Junho de 1973.

R E S O L V E:

1º - Cassar a Carta de Habite-se nº . 014/74, de 09.04.74, expedida ao Sr. ANTONIO CASSIANO DA SILVA, para o Lote 05 do Bloco 580 da 2a. Avenida Residencial, nesta Cidade Satélite, tendo em vista o constante no processo nº 137259/79-ACSNB.

2º - Esta Ordem de Serviço entra em vigor nesta data revogadas as disposições em contrário.

Núcleo bandeirante, 08 de outubro de 1979

VIVALDO MARTINS ALVES FILHO
Administrador

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL
DE PLANALTINA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº: 374.715/79-FEDF
INTERESSADO: FEDF - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA
ASSUNTO ...: Licitação mediante Convite, para execução de obras de reparos no Museu Regional de Planaltina.

PARECER ...: Após análise da proposta apresentada pela Firma EDEN - Construções Ltda, única proponente na Licitação realizada através do Convite nº09/79-CL/RA VI, a Comissão designada pela Ordem de Serviço nº 35/79-RA VI, de 23 de agosto de 1 979, OPINA, conforme Mapa Resumo, favoravelmente à homologação do resultado e, consequentemente, pela adjudicação das obras de reparos no Museu Regional de Planaltina à aludida Firma, pelo valor global de Cr$ 498.260,00 (QUATROCENTOS E NOVENTA E OITO MIL, DUZENTOS E SESSENTA CRUZEIROS), por considerar a cotação dentro do orçamento previsto e de acordo com a realidade do mercado.

Publique-se e encaminhe-se à Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal.

PLANALTINA,DF., 05 DE SETEMBRO DE 1 979

ANTONIO CARLOS MORAES DE CASTRO
Presidente da Comissão

LAURO FRANÇA DUARTE DE OLIVEIRA
Membro

LUIZ ANTONIO MOREIRA
Membro

VALDIR DE CASTRO
Membro

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 09 DE OUTUBRO DE 1979

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇAO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 91, inciso XXX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.978, de 14 de agosto de 1975,

RESOLVE:

DESIGNAR nos termos da alínea "a", do artigo 21, do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1975, FRANCISCA SERRA PEREIRA, Agente Administrativo, SA-401 2, Classe "A", matrícula nº 12.984, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir a Chefe da Seção de Expediente, Símbolo FC-08, da Coordenação do Sistema de Administração de Próprios, desta Secretaria, no período de 16-10 a 14.11.79, por motivo de férias da titular.

Brasília, 09 de outubro de 1979

JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 018.472/79
INTERESSADO: SEÇAO DE MATERIAL E PATRIMONIO/AC
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS

Tendo em vista o pronunciamento do Diretor do Departamento de Auditoria, fls. 37, da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, conforme Certificado de Auditoria nº 067/79-DPA/SEF, fls. 36 e em cumprimento ao que dispõe o artigo 39, item III, da Lei nº 5.538, de 22 de novembro de 1968, considero regulares as contas relativas ao exercício de 1978, do Senhor ALMIR VIEIRA PASSOS, responsável pelo Almoxarifado Central da Coordenação do Sistema de Material, desta Secretaria, ressalvando, no entanto, o que for apurado da apreciação pelo Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Publique-se e encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Finanças do Distrito Federal.

Brasília, 09 de outubro de 1979

JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 023.789/79
INTERESSADO: IMPERTEC - IMPERMEABILIZAÇAO DE TECIDOS LTDA

DESPACHO: Nos termos do inciso X, artigo 17, do Decreto nº 4.507, de 26/12/78, dispenso a licitação à favor da firma IMPERTEC - IMPERMEABILIZAÇAO DE TECIDOS LTDA., para atender despesa com reparos em 02 (dois) grupos de estofados da Secretaria de Administração, bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho no valor de Cr$ 7.950,00 (sete mil, novecentos e cinquenta cruzeiros).

Brasília, 09 de outubro de 1979

JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário de Administração

PROCESSO Nº : 23.925/79
INTERESSADO : ALFREDO OBLIZINER - Matrícula nº 4.514-GAG
ASSUNTO : LICENÇA PAPA TRATO DE INTERESSES PARTICULARES

CONCEDO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º, inciso I, do Decreto "E" nº 339/67, e artigo 91, inciso XIV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.978/75, licença para trato de interesses particulares, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, a contar de 1º de outubro de 1979.

Brasília, 11 de outubro de 1979

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário de Administração do Distrito Federal

CONSELHO DE POLITICA DE PESSOAL

PROCESSO Nº : 20.759/79
INTERESSADO : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ASSUNTO : CRIAÇÃO DO GRUPO-MAGISTÉRIO NO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS
RELATOR : WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte

R E S O L U Ç Ã O Homologo Em 15 Out 79

- Aprovar a criação, no Plano de Classificação de Cargos do Distrito Federal, do Grupo-Magistério, integrado por uma única Categoria Funcional - a de Professor de Ensino de 1º e 2º graus, para enquadramento dos atuais ocupantes dos cargos de Professor de Ensino Elementar, nível 13, e de Professor de Ensino Médio, nível 19.
- Submeter a presente Resolução à consideração do Excelentíssimo Senhor Governador.

Brasília, 05 de outubro de 1979

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA — PRESIDENTE
ARMANDO RENAN D'AVILA DUARTE — CONSELHEIRO
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE — CONSELHEIRO
ROGÉRIO NUNES — CONSELHEIRO
WENCESLAU AMARAL — CONSELHEIRO
ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO — CONSELHEIRO
WANDERVAL ALVES DA COSTA — CONSELHEIRO
WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA — CONSELHEIRA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATOS DO SECRETARIO

PORTARIA Nº 81 DE 08 DE outubro DE 1.979.

O Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Decreto nº 4.515, de 28.12.78, que aprovou as Normas de Execução Orçamentária e Financeira para o exercício de 1.979 e no Decreto nº 4.703, de 15.06.79, que reprogramou as Cotas Trimestrais de Despesa das Unidades Orçamentárias relativas ao exercício de 1.979,

R E S O L V E:

1. Fica destacado à Divisão de Cadastro Financeiro da Coordenação do Sistema de Pessoal da SEA, o valor constante do Quadro I;
2. Ficam destacados à Divisão de Programação e Controle da Coordenação do Sistema de Material da SEA, os valores constantes do Quadro II;
3. Fica a Seção de Orçamento e Finanças da Divisão de Administração Geral desta Secretaria autorizada a movimentar os valores constantes dos Quadros III, IV e V.

Distrito Federal, 08 de outubro de 1.979.

EURIDES BRITO DA SILVA
Secretária de Educação e Cultura
do Distrito Federal

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 81 DE 08 DE outubro DE 1979

QUADRO I

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGAO MOVIMENTADOR: DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO - C S P - S E A

ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTO	V A L O R	T O T A L
SEC - 2.036 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	6.625.511	
Pessoal e Encargos Sociais.....	6.625.511	6.625.511

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 81 DE 08 DE Outubro DE 1979

QUADRO II

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGAO MOVIMENTADOR: DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE - CSM/SEA

ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTO	V A L O R	T O T A L
SEC - 2.036 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC	56.727,00	
3.1.2.0 - Material de Consumo	53.872,00	
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente	2.855,00	56.727,00
SEC - 1.075 - REEQUIPAMENTO DA REDE DE ENSINO DE 1º GRAU	37,00	
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente	37,00	37,00
SEC - 1.080 - REEQUIPAMENTO DA REDE DE ENSINO DE 2º GRAU	82.327,00	
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente	82.327,00	82.327,00
SEC - 1.150 - CONST.AMP.COMPL.E EQUIP.DE UNID.ESC.1º GRAU CID.SAT.CEIL	882.734,00	
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente	882.734,00	882.734,00

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 81 DE 08 DE Outubro DE 1979.

QUADRO III

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGAO MOVIMENTADOR: SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - DAG/SEC

ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTO	VALOR	TOTAL
SEC - 1.074 - REPARO E ADAPTAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES DE PRIMEIRO GRAU.....	4.952.623,00	
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....	2.996.410,00	
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....	1.956.213,00	4.952.623,00
SEC - 1.077 - PROGRAMA ESPECIAL DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	20.409.000,00	
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....	10.279.000,00	
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....	1.721.000,00	
4.1.3.0 - Investimento em Regime de Execução Especial.....	8.409.000,00	20.409.000,00
SEC - 1.079 - REPARO E ADAPTAÇÃO DE PREDIOS ESCOLARES DE SEGUNDO GRAU.....	1.705.277,00	
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....	500.000,00	
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....	1.205.277,00	1.705.277,00
SEC - 1.156 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA CEILÂNDIA.....	610.893,00	
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....	610.893,00	610.893,00
SEC - 2.036 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.....	186.503,00	
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....	186.503,00	186.503,00
SEC - 1.081 - PROGRAMA DO LIVRO DIDÁTICO.....	21.170,00	
3.2.2.1 - Transferência à União.....	21.170,00	21.170,00
SEC - 1.150 - CONST.AMP. COMPL. E EQUIP. DE UNID. ESC. DE 1º GRAU NA CID.SAT.CEILAND.	16.241.159,00	
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....	16.241.159,00	16.241.159,00
SEC - 2.037 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES PRIVADAS DO DISTRITO FEDERAL.....	270.000,00	
3.2.3.1 - Subvenções Sociais.....	270.000,00	270.000,00

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 81 DE 08 DE Outubro DE 1979.

QUADRO IV

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGAO MOVIMENTADOR: Seção de Orçamento e Finanças - DAG-SEC

ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTO	VALOR	TOTAL
FCDF - 1.813 - IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO DE CRIATIVIDADE	355.000,00	
3.2.1.1 - Outras Despesas Correntes	175.000,00	
4.3.1.1 - Auxílios para Investimentos	180.000,00	355.000,00
FCDF - 2.805 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FCDF	4.370.000,00	
3.2.1.1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.900.000,00	
3.2.1.1 - 02 - Outras Despesas Correntes	1.470.000,00	4.370.000,00
FCDF - 2.806 - PROMOÇÕES CULTURAIS	600.000,00	
3.2.1.1 - 02 - Outras Despesas Correntes	600.000,00	600.000,00

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 81 DE 08 DE Outubro DE 1979.

QUADRO V

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGAO MOVIMENTADOR: Seção de Orçamento e Finanças - DAG-SEC

ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTO	VALOR	TOTAL
FEDF-1.801 - DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS	250.000,00	
3.2.1.1 - 02 - Outras Despesas Correntes	250.000,00	250.000,00
FEDF-1.802 - REPARO E ADAPT.DE PROPRIOS PARA A DIFUSÃO CULT. NAS CID.SATÉLITES	250.000,00	
4.3.1.1 - 01 - Auxílios para Investimentos	250.000,00	250.000,00
FEDF-1.803 - EXPANSÃO DA MATRICULA DO ENSINO DE SEGUNDO GRAU.	100.000,00	
3.2.1.1 - 02 - Outras Despesas Correntes	100.000,00	100.000,00
FEDF-1.808 - EXPANSÃO DA MATRICULA DO ENSINO DE PRIMEIRO GRAU.	500.000,00	
3.2.1.1 - 02 - Outras Despesas Correntes	500.000,00	500.000,00
FEDF-1.819 - PROGRAMA INTEGRADO DE SAUDE ESCOLAR	2.200.000,00	
3.2.1.1 - 02 - Outras Despesas Correntes	2.000.000,00	
4.3.1.1 - 01 - Auxílios para Investimentos	200.000,00	2.200.000,00
FEDF-1.821 - EXPANSÃO DA REDE DE ENSINO DE PRIMEIRO GRAU.	66.161.090,83	
4.3.1.1 - 01 - Auxílios para Investimentos	66.161.090,83	66.161.090,83
FEDF-1.822 - MELHORIA QUALITATIVA DO ENSINO DE MATEMATICA E COM. E EXPRESSÃO	3.600.000,00	
3.2.1.1 - 02 - Outras Despesas Correntes	3.600.000,00	3.600.000,00
FEDF-2.802 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FEDF.	35.770.000,00	
3.2.1.1 - 01 - Pessoal e Encargos Sociais	25.770.000,00	
3.2.1.1 - 02 - Outras Despesas Correntes	10.080.000,00	35.770.000,00
FEDF-2.803 - MANUTENÇÃO DO ENSINO DE PRIMEIRO GRAU.	95.388.000,00	
3.2.1.1 - 01 - Pessoal e Encargos Sociais	64.868.000,00	
3.2.1.1 - 02 - Outras Despesas Correntes	26.280.000,00	
4.3.1.1 - 01 - Auxílios para Investimentos	4.240.000,00	95.388.000,00
FEDF-2.804 - MANUTENÇÃO DO ENSINO DE SEGUNDO GRAU.	62.320.000,00	
3.2.1.1 - 01 - Pessoal e Encargos Sociais	61.320.000,00	
3.2.1.1 - 02 - Outras Despesas Correntes	1.000.000,00	62.320.000,00

SECRETARIA DE SAÚDE

DIVISAO DE ADMINISTRAÇAO GERAL

SEÇÃO DE PESSOAL

ATOS DO CHEFE

SALÁRIO FAMÍLIA CONCEDIDO:

Servidor : Félix Bispo dos Santos
Matrícula: 0.416-2
Despacho : CONCEDIDO, salário família, pelo dependente REJANE GOMES DOS SANTOS, filha, nascida em 14.07.79. A partir de JULHO/79.

Servidor : José Onestir Pedro
Matrícula: 0.476-6
Despacho : CONCEDIDO, salário família pelo dependente, SIMONE FERREIRA PEDRO, filha, nascida em 08.09.79. A partir de SETEMBRO/79.

Servidor : Wanda Duarte de Paiva
Matrícula: 8.115-9
Despacho : CONCEDIDO, salário família pelo dependente, ADRIANY DE FARIA PAIVA(TGR), sobrinha, nascida em 08.05.68.(surda e muda)Termo de Guarda nº 399/79,do Juizado de Menores do DF, datado de 05.09.79. A par tir de SETEMBRO/79.

Servidor : Semy Mª Azevedo Rodrigues
Matrícula: 5.553-0
Despacho : CONCEDIDO, salário família pelo dependente MAX RICARDO RODRIGUES, filho, nascido em 26.12.63 a partir de JANEIRO/78. AUTORIZADO, a pa rtir de JANEIRO/79 e o restante deverá ser requerido por exercícios findos. OBS: Passou a dependência da mãe por motivo do pai não ser mais funcionário do GDF.

Servidor : Cleones Pereira dos Santos
Matrícula: 18.571-X
Despacho : CONCEDIDO, salário família pelo dependente ANDREA CHAVES SANTOS, filha, nascida em 06.09.79. A partir de SETEMBRO/79.

SALÁRIO FAMÍLIA CANCELADO:

Servidor : MARLY DA SILVA L. COSTA
Matrícula: 3.342-1
Despacho : CANCELADO, salário família pelo dependente, ÂNGELA REGINA DA SILVA LANA (TGR), nascida em 02.10.53, por possuir rendimentos próprios, conf. documentação apresentada. A pa rtir de SETEMBRO/79.

Servidor : Alberto Hamú
Matrícula: 3.712-5
Despacho : CANCELADO, salário família pelo dependente, LEONARDO HAMÚ, filho,nascido em 02.04.58, por atingir a maior idade. A partir de MAIO/79.

Servidor : José Florência de Oliveira
Matrícula: 5.676-6
Despacho : CANCELADO, salário família pelo dependente, JOÃO JOSÉ FLORÊNCIO DE OLIVEIRA, filho, nascido em 28.02.58, por ter rendimentos próprios. A partir de SETEMBRO/79.

Servidor : João Valmir de Olinda
Matrícula: 8.536-7
Despacho : CANCELADO, salário família, pelo dependente, EDILAMAR TAVARES LEITE DE OLINDA, filha, nascida em 28.03.73, conforme Termo de Adoção nº talão 8209 traslado 1º livro D-70 às fls. 184/185, F.E. nº 4003 Cartório 3º Ofício P/P.datado de 06.08.79. A partir de OUTUBRO/79. OBS: Os avós são os adotantes. João Leite e ELICE TAVARES LEITE.

Servidor : Candida Teresinha de Vellasco
Matrícula: 6.012-7
Despacho : CANCELADO, salário família pelo dependente, LISIAS DURAÃES DE VELLASCO, filho, nascido em.... 06.06.58, por ter completado a maior idade. A partir de JULHO/79.

Servidor : NEUSA DIAS DOURADO
Matrícula: 8.149-3
Despacho : CANCELADO, salário família pelos dependentes:
01) -SELMA DIAS DOURADO, filha, nascida em 11.07.56.(02) AFRÂnio DIAS DOURADO, filho, nascido em 29.11.57,por ter completado a maior idade. (03) DAVID DIAS DOURADO, filho, nascido em 23.09.59, por possuir rendimentos próprios conforme carteira de trabalho apresentada. TODOS a partir de SETEMBRO/79.

- x -

Distrito Federal, 08 de Outubro de 1 979

ABADIA JOANA VILELA
CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL - DAG - SES
- SUBSTITUTA -

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

ATOS DO SUPERINTENDENTE

INSTRUÇÃO DE 28 DE SETEMBRO DE 1979

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 22, ítem IX, do Estatuto Social da Empresa,

RESOLVE.

DISPENSAR, a partir de 27.09.79, o servidor PAULO ROBERTO PEREIRA, matrícula nº 18.639, Advogado NS 401.E, Ref. 54, do Emprego em Comissão, Símbolo EC-01 de Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Material, da Diretoria Administrativa.

Brasília, 28 de setembro de 1979

EDISON GROSSI DE ANDRADE
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 28 DE SETEMBRO DE 1979

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 22, item IX, do Estatuto Social da Empresa, e tendo em vista o constante do memorando nº 138 /79-SVS/DSG,

RESOLVE:

ATRIBUIR, a partir de 19.09.79, ao servidor JOSE GONÇALVES DIAS, matrícula nº 54.360, Agente de Portaria TP-601.2, Ref. 12, lotado na Divisão de Serviços Gerais/DEPA/DA e prestando serviços no Gabinete da Diretoria de Edificações, a Gratificação de Representação de Gabinete, no valor mensal de Cr$ 1.174,00 (hum mil, cento e setenta e quatro cruzeiros), nos termos da Resolução nº 089/76-CA.

Brasília, 28 de setembro de 1979

EDISON GROSSI DE ANDRADE
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 28 DE SETEMBRO DE 1979

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 22, ítem VIII, do Estatuto Social da Empresa,

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir de 27.09.79, o servidor PAULO MARCIO MAIA DIAS, matrícula nº 09.660, Agente Administrativo SA-501.2, Ref. 27, para responder pelo Emprego em Comissão Símbolo EC-01, de Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Material, da Diretoria Administrativa, cumulativamente com o EC que exerce de Assessor Técnico, da referida Diretoria.

Brasília, 28 de setembro de 1979

EDISON GROSSI DE ANDRADE
Diretor Superintendente

INSTRUÇAO DE 04 DE OUTUBRO DE 1979

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 22, ítem IX, do Estatuto Social da Empresa, e tendo em vista o constante do memorando nº 051/79-DEPA,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores JOSE RIBAMAR SOUZA CORREA, matrícula nº 50.681, Assessor Técnico, da Unidade de Planejamento Administrativo, da Assessoria de Programação e Controle/GS, DERALDO LOPES PINTO, matrícula nº 26.049, Chefe da Seção de Zeladoria/DSG/-DEPA/DA, CECINIO DA SILVA LACERDA, matrícula nº 28.554, Assessor Técnico, da Diretoria Financeira, LEONARDO DA COSTA GUIMARAES, matrícula nº 50.599. Chefe da Secão de Impressão e Reprodução/DDC-/DEPA/DA, MURILO AVELINO DA NOBREGA, matrícula nº 50.638, Chefe da Seção de Material de Consumo/DIPA/DEPA/DA e JOSE FERREIRA BARBOSA, matrícula nº 04.188, Assistente Administrativo "A", do Departamento de Urbanização/DU, para, sob a presidência do primeiro comporem uma Comissão destinada a padronizar e codificar os impressos utilizados pelos diversos órgãos da Companhia.

II - A referida Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação do relatório conclusivo, a partir desta data.

Brasília, 04 de outubro de 1979

EDISON GROSSI DE ANDRADE
Diretor Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

DIVISAO DE ADMINISTRAÇAO GERAL

SEÇÃO DE PESSOAL

ATOS DO CHEFE

SALÁRIO-FAMÍLIA - CONCESSÃO

NOME: Carlos Romeiro — MATRÍC.: 01.896
DEPENDENTE: Cristiane Mazalli Romeiro, filha — NASC. : 04.08.73
A PARTIR DE: janeiro de 1.979, devendo o atrasado ser requerido por exercício findo — EXERC. DAG

NOME: Antonio Ramalho de Aguiar — MATRÍC.: 02.401
DEPENDENTE: Cristiane Vieira de Aguiar, filha — NASC. : 20.07.79
A PARTIR DE: julho de 1.979 — EXERC. : DSP

NOME: Manoel Gomes de Azevedo — MATRÍC.: 02.804
DEPENDENTE: Luciana Angélica G. de Azevedo, filha — NASC. : 20.03.78
A PARTIR DE: janeiro de 1.979, devendo o atrasado ser requerido por exercício findo. — EXERC. : DCP

NOME: Raimundo Alves Barbosa — MATRÍC.: 02.893
DEPENDENTES: Claudia Alves Barbosa, filha — NASC. : 08.07.75
Lúcia Alves Barbosa, filha — NASC. : 15.09.77
A PARTIR DE: janeiro de 1.979, devendo o atrasado ser requerido por exercício findo. — EXERC. : DCP

NOME: Silvio Mônico Ferreira — MATRÍC.: 11.563
DEPENDENTE: Silvio Aleixo Ferreira, filho — NASC. : 01.09.79
A PARTIR DE: setembro de 1.979 — EXERC. : DCP

NOME: Otilio da Silva Pereira — MATRÍC.: 12.587
DEPENDENTE: Carlos Henrique da S. Pereira, filho — NASC. : 01.04.72
A PARTIR DE: janeiro de 1.979, devendo o atrasado ser requerido por exercício findo. — EXERC. : DAG

NOME: Lourival Neves Damasceno — MATRÍC.: 13.586
DEPENDENTE: Marcilene Souza Damasceno, filha — NASC. : 13.05.78
A PARTIR DE: janeiro de 1.979, devendo o atrasado ser requerido por exercício findo. — EXERC. DSP

NOME: Aurino Gomes dos Santos — MATRÍC.: 13.683
DEPENDENTE: Roseny Souza dos Santos, filha — NASC. : 09.08.79
A PARTIR DE: agosto de 1.979 — EXERC. : DSP

NOME: Elizeu Dispo dos Santos — MATRÍC.: 13.793
DEPENDENTE: Mônica Pereira dos Santos, filha — NASC. : 20.07.79
A PARTIR DE: julho de 1.979 — EXERC. : DSP

NOME: Arz Ward de Oliveira — MATRÍC.: 19.813
DEPENDENTE: Gerson Aristimundo S. Oliveira, filho — NASC. : 18.06.70
A PARTIR DE: agosto de 1.979 — EXERC. : DCP

SALÁRIO-FAMÍLIA - CANCELAMENTO

NOME: Antonio Henrique Sobrinho — MATRÍC.: 02.379
DEPENDENTE: Justuna Henrique Lima, filha — NASC. : 31.01.59
A PARTIR DE: julho de 1.979 — EXERC. : DSP
MOTIVO: Haver a dependente contraído matrimônio.

NOME: Vicente Carlos Pinto — MATRÍC.: 05.784
DEPENDENTE: Fimaina Maria dos Santos, filha — NASC. : 17.10.58
A PARTIR DE: janeiro de 1.979 — EXERC. : DSP
MOTIVO: Haver a dependente contraído matrimônio.

NOME: Fernando Cavalcante Sidrin — MATRÍC.: 07.360
DEPENDENTE: Pedro Henrique Uhl Sidrin, filho — NASC. : 04.11.96
A PARTIR DE: outubro de 1.978 — EXERC. : [illegible]
MOTIVO: Possuir o dependente rendimentos Próprios.

NOME: Francisco Vieira Filho — MATRÍC.: 14.010
DEPENDENTE: Maria Lúcia Vieira, espôsa — NASC. : 17.03.42
A PARTIR DE: abril de 1.979
MOTIVO: Haver a dependente falecido aos 15.03.79

NOME: Vicente de Souza Lopes — MATRÍC.: 17.827
DEPENDENTE: Vicentino Gonçalves de Souza, filho — NASC. : 08.08.58
A PARTIR DE: setembro de 1.979 — EXERC. : DAG
MOTIVO: Haver o dependente atingido a maioridade.

NOME: Aviano Martins Ferreira — MATRÍC.: 02.418
DEPENDENTE: Onofra Carvalho Ferreira, espôsa — NASC. : 22.09.36
A PARTIR DE: outubro de 1.979 — EXERC. : DAG
MOTIVO: O servidor ter desquitado

LICENÇA À GESTANTE

CONCEDO, nos termos do artigo 107 da Lei Nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952, licença por 04 (quatro) meses à gestante TEREZINHA MENDES DE NASCIMENTO, matrícula 19.239, no período de 01.10.79 a 31.01.80, de acordo com o Atestado Médico Nº 3703/79-DSM-CSP-SES.

Brasília, 03 de outubro de 1.979

Chefe

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO
ATOS DO DIRETOR

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 1095 DE DE OUTUBRO DE 1979.

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN-DF), no uso das Atribuições Regimentais que lhe confere o inciso XXI, do Artigo 43, do Decreto 3535, de 29 de dezembro de 1976, e tendo em vista os Decretos nºs 4.823 e 4.825, de 21 de dezembro do corrente exercício,

RESOLVE:

Aprovar a alteração do orçamento desta Autarquia e autorizar a Gerência de Administração Geral - Supervisão de Receita e Despesa, a movimentar, conforme quadros em anexo.

ISMAR GONÇALVES DA COSTA - Bel
Diretor Geral

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL-DETRAN

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

RECEITA		DESPESA	
CATEGORIAS ECONÔMICAS - FONTES		FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - ATIVIDADE - PROJETO	
1000.000.00 - RECEITAS CORRENTES	96.727.000	FUNÇÃO 06 - Defesa Nac. e Segurança Pública	17.591.200
1400.000.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	49.727.000	PROGRAMA 30 - Segurança Pública	17.591.200
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	47.000.000	SUBPROGRAMA 536 - Contr. e Seg. Tráf. Rodoviário	17.591.200
1500.000.00 - RECEITAS DIVERSAS		1.827 - Renovação da Frota de Veículos do Departamento de Trânsito do DF.	2.000.000
		1.828 - Construção das Ciretrans e Depósitos de Veículos nas cidades Satélites e conjunto de prédios do DETRAN.	15.591.200
2000.000.00 - RECEITAS DE CAPITAL	10.720.000	FUNÇÃO 16 - Transporte	90.934.800
2500.000.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.720.000	PROGRAMA 91 - Transporte Urbano	90.934.800
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	10.720.000	SUBPROGRAMA 573 - Contr. e Seg. de Tráf. Urbano	90.934.800
		2.813 - Manutenção das Ativ. do Departamento de Trânsito do DF.	74.010.190
- Superavit Financeiro de 1978	1.079.000	2.818 - Manutenção do Sistema de Sinalização - das Vias Públicas	15.984.610
		1.816 - Campanhas Educativas de Trânsito	940.000
TOTAL	108.526.000		108.526.000

SEP/DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL-DETRAN

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	ORIGEM DOS RECURSOS		TOTAL
		PRÓPRIO	G.D.F.	
2.813	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DF.	27.223.190	46.787.000	74.010.190
2.818	MANUTENÇÃO DE SINALIZAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS	8.184.610	7.800.000	15.984.610
1.816	CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO	-	940.000	940.000
1.827	RENOVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DF.	800.000	1.200.000	2.000.00
1.828	CONSTRUÇÃO DAS CIRETRANS E DEPÓSITOS DE VEÍCULOS NAS CIDADES SATÉLITES E CONJUNTO DE PRÉDIOS DO DETRAN NO S.A.I.N.	11.871.200	3.720.000	15.591.200
		48.079.000	60.447.000	108.526.000

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA O EXERCÍCIO DE 1979

CÓDIGO	ELEMENTOS												TOTAL
	3.1.1.1.01	3.1.1.1.02	3.1.1.3	3.1.2.0	3.1.3.1	3.1.3.2	3.1.9.2	3.2.5.3	3.2.8..	4.1.1.0	4.1.2.0	4.2.0.0	
2.813	32.325.000	6.157.000	7.725.000	9.500.000	31.600	10.823.800	1.527.390	50.000	700.000	2.790.400	2.200.000	150.000	74.010.190
2.818	-	-	-	3.325.000	-	2.997.200	285.410	-	-	5.577.000	3.800.000	-	15.984.610
1.816	-	-	-	530.000	-	410.000	-	-	-	-	-	-	940.000
1.827	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000.000	-	2.000.000
1.828	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.591.200	-	-	15.591.200
TOTAL.....	32.325.000	6.157.000	7.725.000	13.355.000	31.600	14.231.000	1.812.800	50.000	700.000	23.958.600	8.000.000	150.000	108.525.000

ONÉSIMO NOGUEIRA FILHO-Sel.
Gerente da GAGE

ARCOVERDE SILVA
Supervisor da SUPRED

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE ÁREA DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA, QUE ENTRE SI FAZEM O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA ACRÍLICOS BRASÍLIA BOX LTDA , NA FORMA ABAIXO.

(PROCESSO Nº 300.255/79)

Aos 20 dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e nove (1979), no Gabinete da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, presentes, de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por JOAQUIM ARANTES NETO, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Superintendente, autorizado pelo art. 29, inciso II, do Decreto nº 1.765, de 05 de agosto de 1971, bem como delegação de competência expressamente exarada pelo Governador no Processo nº. . . 031010/75, e do outro, a firma ACRÍLICOS BRASÍLIA BOX LTDA, sediada em Taguatinga-D.F. , inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 00100313/0001-11, doravante denominada simplesmente PERMISSIONÁRIA, no ato representada por AUGUSTO FERREIRA LOPES, português, casado, comerciante, portador da Carteira de Identidade Modelo 19, Registro Geral: 181163 expedida pelo DFMAF/DF-23.08.70 , resolvem firmar o presente ajuste na conformidade do art. 24 da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, tendo como objeto a área denominada depósito ,com área de 28,46 (vinte e oito metros e quarenta e seis centímetros quadrados), mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA- A área denominada depóstito , objeto desta Permissão de Uso situada na Estação Rodoviária de Brasília, será destinada exclusivamente(ao comércio de) Guarda de Volumes não procurados no prazo convencionado . CLÁUSULA SEGUNDA - A presente Permissão de Uso, autorizada a título precário, poderá ser revogada pelo Distrito Federal, independentemente de notificação judicial nas seguintes hipóteses: a) alteração, pela PERMISSIONÁRIA, da destinação prevista na CLÁUSULA PRIMEIRA; b) dissolução, falência ou concordata da PERMISSIONÁRIA; c) inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas em decorrência do presente TERMO especialmente as previstas na Cláusula Décima Primeira.CLÁUSULA TERCEIRA - A PERMISSIONÁRIA, pagará ao DISTRITO FEDERAL, mensalmente, por período de 24 (vinte e quatro) meses, a importância de Cr$ 6.340,80 (seis mil, trezentos e quarenta cruzeiros e oitenta centavos) a título de Taxa de Ocupação, conforme critério estabelecido na Portaria nº 107/76, de 30 de dezembro de 1976, do Secretário de Serviços Públicos. PARÁGRAFO ÚNICO - O valor da Taxa de Ocupação, será reajustável na conformidade do critério estabelecido na Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975, legislação complementar e acompanhará as alterações que porventura venham a ocorrer na legislação citada. CLÁUSULA QUARTA - A transferência da presente PERMISSÃO DE USO, a qualquer título, no todo ou em parte só se fará mediante consulta prévia e autorização do DISTRITO FEDERAL, obedecidas as seguintes condições: a) pagamento da Taxa de Transferência equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do TERMO DE PERMISSÃO DE USO, calculado sobre o valor da Taxa de Ocupação mensal em vigor e multiplicado pelo número de meses correspondente ao prazo total da PERMISSÃO; b) na assinatura do novo TERMO DE PERMISSÃO DE USO, serão observadas as condições para qualificação de PERMISSIONÁRIAS, atualização da Taxa de Ocupação e caução correspondente. CLÁUSULA QUINTA - A PERMISSIONÁRIA, neste ato, para garantia das obrigações assumidas no presente TERMO fará a prova de recolhimento de uma caução no valor de Cr$ 25.363,20 (vinte e cinco mil, trezentos e sessenta e três cruzeiros e vinte centavos), correspondente a 04 (quatro) vezes a Taxa de Ocupação em vigor, junto ao Banco Regional de Brasília S/A, em favor do DISTRITO FEDERAL, caução essa que será reajustável na conformidade do critério estabelecido pela Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975, legislação complementar e a diferença considerada e recolhida sempre que houver renovação da PERMISSÃO. CLÁUSULA SEXTA - A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao DISTRITO FEDERAL, na Tesouraria da AERB ou em Banco credenciado, a quota que lhe couber no rateio das despesas mensais de energia elétrica, água e esgoto. CLÁUSULA SÉTIMA - O não cumprimento das obrigações constantes das Cláusulas Terceira e Oitava dentro dos prazos previstos, implicará automaticamente no acréscimo de 10% (dez por cento) sobre os respectivos valores vencidos por cada mês de atraso, além dos juros e demais cominações legais, independentemente das penalidades previstas no Regulamento Geral da Estação Rodoviária de Brasília, do qual tem pleno conhecimento, que passa a integrar este ajuste, sem que seja necessário a sua transcrição, bem como as instruções baixadas pelo DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA OITAVA - O projeto de instalação da área compreendendo benfeitorias ou melhoramentos, móveis e equipamentos feitos pela PERMISSIONÁRIA, será submetido aprovado e autorizado previamente por escrito, pela AERB.CLÁUSULA NONA - As benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias , realizadas pela PERMISSIONÁRIA, serão incorporadas ao imóvel , sem direito a qualquer indenização, seja a que título for.CLÁUSULA DÉCIMA - A rescisão deste Termo de Permissão de Uso, pelas infrações previstas nas Cláusulas Segunda e Décima Primeira implicará na perda de qualquer direito de indenização ou reembolso pela PERMISSIONÁRIA. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Durante a vigência do presente Termo, a PERMISSIONÁRIA obriga-se a: I) pagar pontualmente as mensalidades previstas na Cláusula Terceira; II) cumprir o Regulamento, instruções e Ordens de Serviço da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, e responder por quaisquer atos seus, de seus empregados, ou prepostos que impliquem na inobservância dos referidos dispositivos; III) sujeitar-se a todas as exigências da Saúde Pública e das autoridades Federais e Estaduais; IV) efetuar, à sua custa exclusiva,em nome e benefício da AERB, um seguro contra risco de incêndio e de destruição total ou parcial da área de permissão; V) responder civilmente por todos os prejuízos, perdas e danos que venham a ser causados por si, seus empregados ou prepostos, à Estação Rodoviária de Brasília ou a terceiros; VI) pagar todas as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração da Estação Rodoviária de Brasília; VII) não causar embaraços aos serviços da Administração da Estação Rodoviária, quaisquer que sejam, atendendo à sua fiscalização e cumprindo as determinações

emanadas de seus órgãos competentes; VIII) afastar de serviço ' qualquer preposto ou empregado cuja permanência na Rodoviária ' for julgada inconveniente pela AERB; IX) manter a área objeto ' do presente Termo de Permissão de Uso em todas as suas dependências, com os respectivos aparelhos e instalações em perfeito estado de conservação, asseio e segurança e em perfeito funcionamento, de forma a restituir tudo na mais perfeita ordem e nas mesmas condições em que recebeu para que possa ser imediatamente ocupado por novo PERMISSIONÁRIO, sem que isso demande conserto, reparação ou pintura, utilizando, ao fazer reparação material da mesma qualidade que o anteriormente empregado. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - É expressamente proibido à PERMISSIONÁRIA: I) o funcionamento de aparelhos radiofônicos, alto-falantes ou congêneres, que sejam ouvidos fora da área ou espaço a ele concedido, bem como permitir algazarra, distúrbios e ruidos imcompatíveis com o comportamento e decoro social; II) a ocupação de fachadas externas, bem como qualquer espaço externo à área objeto do presente Termo de Permissão de Uso com mercadorias, cartazes, propagandas, indicações ou dizeres congêneres, salvo autorização por escrito da Administração da Estação Rodoviária de Brasília. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - No caso de haver necessidade de serem tomadas medidas judiciais para reintegração de posse, por descumprimento de qualquer das cláusulas previstas no presente Termo, no Regulamento, nas Instruções e nas Ordens de Serviço da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, as custas judiciais e os honorários advocatícios correrão por conta exclusiva da PERMISSIONÁRIA. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O Distrito Federal, através da Administração da Estação Rodoviária ' de Brasília, designará um executor para o presente instrumento, ao qual incumbirá as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. PARÁGRAFO ÚNICO - Ao executor mencionado nesta cláusula caberá, ainda, fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes deste ajuste, bem como a conservação dos bens que constituem seu objeto, ficando-lhe assegurado, desde já o livre acesso a qualquer dependência da área objeto deste instrumento. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O presente Termo de Permissão de Uso poderá ser renovado ou prorrogado, mediante requerimento da PERMISSIONÁRIA à Administração da Estação Rodoviária de Brasília, 90 (noventa) dias antes do seu término. PARÁGRAFO ÚNICO - O não cumprimento, pela PERMISSIONÁRIA, de qualquer das obrigações ora contraídas, será motivo para rescisão do presente Termo. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O presente ' instrumento entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da PERMISSIONÁRIA, e expirar-se-á 02 (dois) anos após o seu integral cumprimento.' CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas' as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão o Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal do qual foram extraídas 07(sete) vias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito legal que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) ~~JOAQUIM ARANTES NETO~~

PELA PERMISSIONÁRIA: (as.) AUGUSTO FERREIRA LOPES

TESTEMUNHAS: (as.) ALICE DE PAULA SILVEIRA

(as.) ILNEIDES SOARES PEREIRA

VISTO
EM 30/09/1979

JULIO CESAR SANTOS
1º Subprocurador Geral do Distrito Federal

(DAR, de 20.09.79 - Cr$ 2.644,80)

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DER-DF
COMUNICAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 002/79

EXECUÇÃO DE TRABALHOS RODOVIÁRIOS COMPREENDENDO SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO DE TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA BR-251, SUBTRECHO RIBEIRÃO ARREPENDIDO AO KM 25, NUMA EXTENSÃO APROXIMADA DE 25,0 KM, SOB O REGIME DE EMPREITADA MEDIANTE APLICAÇÃO DE TABELA DE PREÇOS UNITÁRIOS.

O Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, comunica aos interessados que o recebimento da documentação e proposta referente a Concorrência nº 002/79, foi adiado para o dia 09 (nove) de novembro de 1979, às 15:00 (quinze) horas, tendo em vista os erros de impressão, ocorridos no Edital

Brasília, 08 de outubro de 1979

VIRIATO DORNELES VARGAS NETO
Presidente da Comissão de Licitação

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA
POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
COMPANHIA DE RÁDIO PATRULHA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 05/79, PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS-GMC/18.

A Companhia de Rádio Patrulha da Polícia Militar, fará realizar às 09:00 horas do dia 09 de novembro de 1979, na sala da Comissão de Licitação, localizada na sede da Cia. de Rádio Patrulha, no Setor de Áreas Isoladas Sul, Tomada de Preços para aquisição de materiais classificados no Grupo de Materiais de Consumo-18.

Os interessados poderão obter o Edital com as especificações e demais informações, no horário de 08:30 às 11:00 horas de segunda a sexta-feira, no endereço supramencionado.

Brasília-DF, em 09 de outubro de 1979

PAULO CESAR ALVES DOS SANTOS - 1º Ten PM

Mat. 00193/7 - Presidente da Comissão de Licitação

AVISO

ÀS EMPRESAS SEDIADAS NO D.F.

De acordo com a legislação em vigor, as empresas sediadas no Distrito Federal poderão publicar no DIARIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL, seus Balanços, Atas, Editais de Assembléias, Contratos e suas alterações, com validade legal para registro na Junta Comercial do D.F., e demais efeitos jurídicos.

Nossa redação funciona no 6º andar do Anexo do Buriti e temos prazos de publicação bastante reduzidos.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DER-DF
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 032/79

Edital: — Encontra-se à disposição dos interessados na Comissão de Licitação, no 2º andar do Edifício Sede do DER-DF, Setor de Áreas Isoladas Norte Lote "C", em Brasília, Distrito Federal.

Objeto: — Execução de Serviços de Conclusão de 04 (quatro) Residências Funcionais no Primeiro Distrito Rodoviário do DER-DF, em Brasília-DF, sob o regime de empreitada por preço global.

Data: — O recebimento dos invólucros contendo a "Documentação" e a "Proposta" dar-se-á às 15:00 (quinze) horas do dia 24 (vinte e quatro) de outubro de 1979.

Brasília, 08 de outubro de 1979

VIRIATO DORNELES VARGAS NETO
Presidente da Comissão de Licitação